



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS À PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO DE ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR

Mickaela dos Santos¹, Sabrina Aquino Zarzicki² e Liciara Daiane Zwan³

¹Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI Santo Ângelo
/Departamento das Ciências Exatas e da Terra/ mickaeladossantos643@gmail.com

²Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões/Departamento das ciências exatas e da terra/sabrinaazarzicki@aluno.santoangelo.uri.br

³Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha
/liciaara.zwan@iffarroupilha.edu.br

...

RESUMO:

No presente artigo apresenta-se o resultado de uma pesquisa realizada, tendo como temática norteadora a inclusão de alunos surdos na rede de ensino regular. Para seu desenvolvimento, foi realizada a busca por literaturas que abordavam o tema, logo, a pesquisa caracteriza-se qualitativa. Diante disso, observa-se que o papel da escola é fundamental para que ocorra a educação inclusiva, pois deve estar preparada para receber tipos diferentes de alunos, colocando à disposição uma estrutura adequada e segura, contando também com profissionais qualificados e preparados para atender às necessidades de todos. Os resultados demonstram que ocorreram relevantes avanços no que se refere a políticas públicas e práticas pedagógicas para a inclusão dos alunos surdos na escola regular. Entretanto, há ainda um longo caminho a ser percorrido, para que de fato aconteça a inclusão. Conclui-se então, que a temática desenvolvida apresentou-se como um novo e instigante conteúdo para a atuação cidadã dos estudantes.

Palavras Chaves: Inclusão. Aprendizagem. Surdos.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão deve ser um processo que contribui para transformar ambientes que recebem pessoas com necessidades especiais, e também o entendimento das pessoas e do próprio portador de deficiência, que por sua vez, deve aceitar ser diferente e não se vitimar por isso, construindo assim, uma nova sociedade.

O papel da escola é fundamental para que ocorra a educação inclusiva, por isso ela deve estar preparada para receber todos os tipos de alunos, colocando à disposição uma estrutura adequada e segura, assim como profissionais qualificados e preparados para poder atender às necessidades de todos. É de suma importância que os colegas e funcionários da escola tenham conhecimento da situação e saibam receber a todos sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

Esse conjunto de fatores deve ter como objetivo, preparar os alunos para o sucesso profissional e uma vida independente, estimulando o desenvolvimento das habilidades de cada um.

A escola é um espaço de apropriação e construção de conhecimento, e para que de fato isso ocorra, é preciso refletir sobre aspectos como a individualidade e as necessidades de cada aluno, o que cada um precisa para aprender, se locomover e conviver na escola, sobre os ideais democráticos, igualdade de oportunidades, uns não podem ser beneficiados em razão da deficiência de outros ou vice-versa. Também é preciso refletir sobre identidade, a pessoa precisa aceitar que é diferente, caso contrário ela mesma se excluirá dos outros, e principalmente, é preciso refletir sobre a remoção de barreiras para aprendizagem e participação de todos na escola, remover tudo que pode estar de alguma forma, impedindo a realização da verdadeira inclusão, este é considerado um dos pilares fundamentais para a implementação dos processos inclusivos

As necessidades educacionais não se referem apenas aos alunos, pois os professores, as escolas e os sistemas educativos também têm necessidades a serem atendidas. Os professores devem ter uma preparação para ensinar e atender as particularidades desses alunos, e a escola como um todo, desde a estrutura física, bem como todos os servidores que atuam nesses espaços devem estar aptos a receber esses alunos. Logo, a escola e os docentes, devem prever e providenciar recursos, metodologias e estratégias para a efetiva construção de conhecimento para esses alunos oportunizando participação ativa da vida escolar e social.

Na escola inclusiva, a avaliação dos alunos não pode ser feita por meio da comparação de uns com os outros, e sim, de forma individual, observando suas competências, potencialidades e as habilidades que esses alunos desenvolveram ao longo do período letivo. Segundo Beyer,

Uma classe inclusiva, ao contrário, é constituída por um grupo heterogêneo de alunos, onde há crianças com as mais variadas capacidades, e, também, necessidades. Pode-se afirmar que a classe inclusiva representa uma heterogeneidade desejada. Caso essa classe seja atendida apenas por um professor, ele conseguirá realizar a individualização do ensino com dificuldade. (BEYER, 2013 p.31)

Para que ocorra a individualização do ensino, e a reformulação das formas de avaliação de cada aluno de modo eficaz, recursos, tanto financeiros quanto humanos, são necessários para que tais modificações aconteçam de forma efetiva.

É possível elucidar que todas as crianças são especiais, não apenas aquelas que possuem alguma limitação física ou psicológica, pois cada um é unicamente diferente na sua forma de pensar, agir e aprender, portanto não se pode exigir de todos o mesmo desempenho e tratá-los da mesma forma. O ensino deve contemplar os alunos nas suas diferentes capacidades, com isso, individualizar o ensino significa individualizar também a didática e a avaliação de cada um. Conforme Castilho,

Uma criança surda, uma autista ou uma portadora de síndrome de Down têm, em comum, uma necessidade básica: precisam aprender. Cada qual tem sua limitação, o que condiciona o seu ritmo de aprendizado. Mas, essencialmente, a socialização e a colaboração estão incluídas no preceito de aprendizado. Portanto, essas crianças precisam aprender, não só em casa, mas também na escola, convivendo com outras crianças. (CASTILHO, 2016 p.160)

De modo geral, pode-se dizer que direção, orientação pedagógica e professores, ainda esperam que o aluno com necessidades especiais consiga desenvolver comportamentos sociais e acadêmicos próximos ao dos alunos sem deficiência, esperam que esse aluno se esforce e tenha determinação e entrosamento com a turma sem que haja nenhum trabalho de preparação para isso, e esperam dele, certa independência da qual ele ainda não está preparado para ter, e depositam sobre este aluno total responsabilidade sobre seu aprendizado, como se o seu sucesso escolar dependesse única e exclusivamente dele. Barreto alerta quando aborda que:

É esperado que o aluno com necessidades educacionais especiais se comporte sempre de forma dócil e amável, e, dessa forma, acaba sendo usual a rotina de tentar preparar esse aluno para estar na sala de aula regular, adaptando-se a ela e não o contrário, o que demonstra uma perspectiva ainda de integração e não de inclusão. (BARRETO, 2014 p.22).

Sabe-se que integração é diferente de inclusão, pois na integração o sujeito portador da deficiência é quem deve se adaptar aos outros, porém não é isso que se espera de uma escola inclusiva, na qual deve ocorrer realmente a inclusão, ou seja, a escola e comunidade escolar devem se transformar e se adaptar para receber os alunos especiais. Conforme

A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa, defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (RODRIGUES, 2000, p. 10 apud FREIRE, 2008, p.7).

2 METODOLOGIA/ DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

Para o desenvolvimento desse trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos, visando à fundamentação do tema em estudo, bem como aprofundamento dos conhecimentos e conceitos necessários acerca do mesmo. Como referências podemos citar alguns dos autores que balizaram esse estudo: BARRETO (2014), DOTTI (2008), GÓES (2007), RODRIGUES (2006), SASSAKI (1999).

A pesquisa em questão tem caráter qualitativo, foi realizada no primeiro semestre do ano de 2017. Salienta-se ainda, que para a busca dos artigos foram utilizadas palavras-chaves, tais como: educação, inclusão e cidadania. Outrossim, a busca por essas palavras chaves foram realizadas nos sites Scielo, periódicos da CAPES, instituições governamentais onde continham as leis e diretrizes específicas para a educação, entre outros sites que abordavam sobre o tema.

3 RESULTADOS E ANÁLISE

3.1 Educação inclusiva na escola básica

Nos dias atuais se percebe os significativos avanços na área da educação, tais como: a inserção das tecnologias da informação e comunicação no ambiente escolar, novas propostas pedagógicas, abordagem de temas transversais até então não trabalhados em salas de aula, mas principalmente no que se refere à educação inclusiva, é possível perceber um novo olhar não só da parte dos professores, mas da sociedade de uma forma geral.

Refletir sobre educação inclusiva vai além de pensar somente em um contexto educacional, ou seja, dentro da escola, é ir além das classes de aula e considerar a inclusão na sociedade de forma geral, nos seus mais diversos segmentos. Conforme o Art. 1º Lei Nº 13.146/2015.

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, s.p.)

O acesso à educação é direito de todas as pessoas. Nesse aspecto, a inclusão é um processo dinâmico, contínuo e gradativo, buscando assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado. Segundo Freire:

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características. (FREIRE, 2008, p. 5)

As instituições educacionais exercem um importante papel na sociedade, não apenas garantindo o direito ao acesso à educação, mas também como promotoras para a formação e o exercício da cidadania. Conforme está expresso na Lei da Constituição Federal, no Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998, p.136).

A partir disso, se percebe que a escola não deve corroborar apenas para construção de conhecimentos científicos, os quais são necessários na sociedade, mas também propiciar para este aluno um novo olhar do mundo, do seu entorno e da sociedade em que ele está inserido, para que este busque por alternativas que promovam melhorias no seu contexto social. É colaborar na formação de um caráter crítico e emancipador em cada futuro cidadão.

Segundo Mantoan (2006) quando compreendemos o papel da escola nessa formação para a cidadania, faz-se necessário, rever o que a escola tem representado na atualidade e depois com um olhar adiante para o que ela poderá ser, para dar conta do seu compromisso maior, que é educar para a liberdade, para a expressão máxima da capacidade individual e cooperação entre todos.

Em consonância com o mesmo autor, a escola deve promover um espaço onde todos possam aprender, onde não haja discriminação ou preconceito. A Inclusão é uma nova maneira de ver os outros e a educação, é proporcionar modificações para que as pessoas com necessidades especiais busquem seu desenvolvimento e exerçam sua cidadania.

Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez abala a identidade dos professores e faz que a identidade do aluno seja ressignificada. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. (MONTANO, 2006, pg. 192)

Nesse sentido, a inclusão provoca mudanças no âmbito educacional, bem como no modo de agir pedagogicamente, onde ações e estratégias devem ser repensadas para poder atender às particularidades que são necessárias a partir da inserção desses sujeitos no processo de ensino.

3.2 Libras e seu contexto histórico-social

Primeiramente, precisamos refletir sobre o modo como ocorreu esse processo ao longo dos anos na educação de surdos, é necessário fazer um resgate histórico, cultural e social desses sujeitos ao longo do período.

Na antiguidade, os Gregos viam os surdos como seres que não tinham autonomia, já que segundo eles, o ato de pensar vinha por meio da fala. Sem a audição, os surdos na época ficavam sem participar dos ensinamentos e com isso, não adquiriam o conhecimento. Já os romanos privavam os surdos de direitos legais, eles não se casavam, não herdavam os bens da família e diante da religião, a igreja católica considerava os surdos sem salvação. Pode-se dizer que a condição do sujeito surdo era a mais miserável de todas, pois a sociedade os considerava como imbecis, anormais, incompetentes, ou em algumas situações como retardados.

A mudança iniciou a partir de um religioso francês, Charles Michel de L'Épée. Em 1760 L'Épée se aproximou do trabalho de ensinar surdos através de duas irmãs gêmeas que eram educadas pelo padre Vanin, este, entretanto veio a falecer. L'Épée por temer que sem um professor elas pudessem ficar na ignorância de sua religião, dispôs-se a dar continuidade aos estudos.

Ele por sua vez mudou a metodologia utilizada anteriormente que era a de usar gravuras para ensinar o cristianismo. Passou a usar a linguagem pelos olhos, logo, ele mostrava o objeto e escrevia o seu nome no quadro. Através do método associacionista as meninas já estavam lendo e escrevendo o nome dos objetos.

O método entretanto, não permitia grandes avanços, e em uma de suas aulas, L'Épée pensou que talvez as meninas já deveriam possuir algum sistema gramatical, pois se comunicavam com muita facilidade. Assim, dedicou-se a aprender a linguagem dos sinais delas, afim de lapidá-los e poder aproximar à linguagem francesa.

Logo, o número de alunos cresceu, acolhendo outros surdos que vagavam pelas ruas de Paris, a escola filantrópica não fechava as portas para ninguém. Outro ponto positivo, é que L'Épée convidada os interessados a visitar a instituição para que conhecessem o trabalho e difundisse-o a outros lugares, numa obra verdadeiramente missionária.

A educação de surdos no Brasil surge dos mesmos princípios que geraram a educação francesa. Quando Sicard assumiu o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, valorizou a formação de professores surdos, repercutindo no Brasil na pessoa de Hernet Huet.

Huet era professor surdo, educado no Instituto de Paris, veio ao Rio de Janeiro em 1855 para iniciar o trabalho de educação de surdos. Por intermédio do marquês Abrantes, conseguiu que o Imperador D. Pedro II disponibilizasse recursos para fundar o Instituto Imperial de Surdos-Mudos atualmente denominado Instituto Nacional da Educação de Surdos (Ines). Conforme Moura,

Durante anos, o INES foi a única escola especial para surdos do país, tanto que até hoje é considerada importante referência educacional. Por meio dos ensinamentos de Huet, a língua de sinais foi difundida no Brasil e tivemos grandes avanços na educação de surdos. (MOURA, 2015, p. 23 apud ZWAN, 2016 p. 16).

Nesse período, na França, estava começando a dar indícios de seguir para educação usando o método oralizado, logo, o modelo que Huet trouxe ao Brasil enfatizava esse princípio. No entanto, por ser um professor surdo e lecionar em uma instituição residencial, onde os alunos já sinalizavam entre si, o contexto propiciou a constituição de uma língua de sinais brasileira.

No Brasil a primeira instituição para surdos foi fundada 1857, no Rio de Janeiro (RJ). A comunidade surda no Brasil é representada pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) e vem sendo a grande responsável pela difusão da Libras, posicionando-se a favor de uma política de inserção e da presença de interpretes em todos os espaços públicos e na mídia, tendo um papel importante nesse contexto inclusivo e na participação dos surdos nos diferentes espaços.

Diante disso, a Língua Brasileira de Sinais vem proporcionar uma comunicação entre as pessoas ouvintes e as surdas, igualmente reflete no ambiente escolar, onde promove que seja ainda mais possível a inclusão na sua totalidade.

3.3 Desafios na prática docente no ensino regular para alunos surdos.

A inclusão de alunos surdos na escola regular apresenta muitos desafios, embora a proposta dessa educação inclusiva seja admirável “no

papel”, estamos muito distantes do que realmente é a inclusão, não basta que os alunos apenas estejam presentes no ambiente educacional da escola regular, eles precisam desenvolver e construir conhecimento assim como as outras crianças. Conforme Pagnoncelli e Santos,

É interessante analisar que o aluno surdo percebe o mundo e processa a aquisição de conhecimentos através de um canal diferente do que o usado em algumas escolas inclusivas, que insistem em alocar esses alunos desconsiderando as necessidades de cada um. A inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física destes junto aos demais educandos, representa o desenvolvimento potencial das pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (PAGNONCELLI E SANTOS, 2013 p. 3)

A partir disso podemos refletir sobre a importância de profissionais competentes e capacitados para trabalhar com alunos surdos, pois é necessário que o professor esteja preparado para enfrentar os desafios que irão surgir ao decorrer da sua caminhada como docente. Logo, o aperfeiçoamento em sua área é o início para quem deseja romper com estas barreiras.

Uma das principais dificuldades encontradas pelos professores com relação ao ensino para alunos surdos na escola básica é a comunicação, pois é através dela que acontece boa parte da aprendizagem. Entretanto, a grande maioria dos professores ainda não dominam a Libras como segunda língua, logo, a comunicação entre professor e aluno não ocorre da forma necessária como deveria ser.

Como previsto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, os cursos hoje de formação de professores (todos que são licenciatura) devem inserir no seu currículo a disciplina de Libras, com o objetivo de divulgar a língua e capacitar os professores no uso da mesma. Ainda assim, muitos professores não se sentem totalmente preparados para enfrentar esse novo cenário e muitos acabam não conseguindo desenvolver uma aula onde consigam incluir esse aluno com a turma.

Na realidade de cidades do interior a procura por profissionais da área é grande, entretanto ainda muitos alunos surdos não tem um profissional intérprete acompanhando-os em sala de aula, dificultando muitas vezes o seu desenvolvimento como aluno. Diante disso, Strobel aponta alguns pré-requisitos que devem ser levadas em consideração para que ocorra a inclusão nas escolas:

O ideal sobre a inclusão nas escolas de ouvintes, é que as mesmas se preparem para dar aos alunos surdos os conteúdos pela língua de sinais, através de recursos visuais, tais como figuras, língua portuguesa escrita e leitura, a fim de desenvolver nos alunos a memória visual e o hábito de leitura. (STROBEL, 2006, p. 252).

Em contrapartida há muitas escolas que já possuem um ambiente onde possam incluir esses alunos, elas dispõem de salas de recursos com profissionais preparados para esse atendimento que ocorre normalmente no turno inverso ao horário escolar. Zwan salienta que,

Igualmente, as escolas inclusivas devem ser espaços de trocas entre alunos, professores e a comunidade escolar, sendo um momento importante não apenas de aprendizagem, mas de desenvolvimento social, valorizando-se as diferenças dos indivíduos envolvidos nesse processo. (ZWAN, 2016, p. 21)

Para Zwan (2016), uma escola inclusiva valoriza as diferenças individuais, proporciona desenvolvimento de suas habilidades, insere-os no contexto escolar, ajudando-os a superarem suas dificuldades diariamente, constituindo-se em um processo de construção coletiva.

Atualmente, vários estudos, seminários, encontros estão sendo realizados afim de promover debates acerca do tema, a partir disso, tem se pensado em novas metodologias para as aulas, onde facilitem a inclusão.

Observa-se que a aposta que muitos docentes estão realizando é com relação ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação. Elas têm ganhado espaço por promover, não somente ao aluno surdo, mas todos os alunos recursos para o desenvolvimento na aprendizagem. Conforme Moran, Masetto e Behrens,

Com as tecnologias atuais, a escola pode transformar-se em conjunto de espaços ricos de aprendizagens significativas, presenciais e digitais, que motivem os alunos a aprender ativamente, a pesquisar o tempo todo, a serem proativos, a saber tomar iniciativas e interagir. As tecnologias digitais facilitam a pesquisa, a comunicação e a divulgação em rede. (MORAN, MASETTO, BEHRENS, 2013, p. 31 apud SMOLSKI, 2016, p. 42)

Outrossim, há ainda outras formas de abordagem para os conteúdos, há softwares que são específicos para aluno surdos, os professores podem trabalhar com recursos visuais em sala de aula, oficinas pedagógicas, experiências tanto em sala de aula quanto fora dela.

Uma educação inclusiva é construída a partir da cooperação de todas as pessoas para que as dificuldades existentes sejam vencidas. Não é um processo rápido e fácil, mas é possível quando todos de mãos dadas buscarem por uma sociedade onde todas as pessoas sejam iguais nas suas diferenças.

4 CONCLUSÕES

Após a análise da pesquisa desenvolvida, reiteramos a necessidade de abordar o tema de inclusão no ambiente escolar e nos mais diversos segmentos sociais, pois não se restringe apenas ao contexto escolar, mas na sociedade como um todo.

A inclusão implica uma reforma nas escolas, em termos de currículo, planejamento, metodologias e formas de agrupar os alunos nas atividades em sala de aula, pois a mesma está embasada em um sistema de valores que celebra a diversidade e faz com que todos se sintam bem-vindos e incluídos. Assim, se faz necessário uma mudança na forma de pensar e agir das pessoas e nos valores da escola e da sociedade em sua amplitude.

Sabe-se que a sociedade ainda está repleta de desigualdades, as quais refletem diretamente no sistema educacional, e embora seja um caminho muito

difícil, é possível trabalhar e buscar por uma verdadeira inclusão. As escolas podem ser vistas como aliadas nesse processo social e educacional inclusivo, em que são necessários muitas lutas e desafios à serem vencidos para que possam atingir e garantir os direitos humanos universais.

Com base em diversos autores, é possível elucidar que a escola desempenha um importante papel na formação do aluno que faz parte da instituição, promovendo então, não apenas a construção de conhecimentos científicos, embora sejam eles de suma importância, mas também deve corroborar na formação de um cidadão crítico. Por isso, a iminente necessidade de se trabalhar um ensino mais receptivo, aberto a questionamentos, além de propiciar maior envolvimento nas atividades escolares por parte dos alunos.

Observamos que os desafios à prática docente são vários, entretanto é importante que os professores junto com a escola busquem meios para que possam promover de forma efetiva a inclusão de todos os alunos.

Destaca-se, a grande importância da pesquisa realizada tanto para experiência pessoal, profissional e acadêmica, assim como para o aprofundamento, uma melhor visão e entendimento acerca do tema em estudo.

5 REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria Ângela de Oliveira Champion e BARRETO, Flávia de Oliveira Champion. **Educação Inclusiva: Contexto social e histórico, Análise das deficiências e Uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

CASTILHO, Ricardo. **Educação e direitos humanos.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DOTTI, Corina Michelon. **Diversidade e Inclusão: reconfiguração da prática pedagógica.** 11. ed. Caxias do Sul: Educus, 2008.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva.** 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GÓES, Maria C. R.; LAPLANE, Adriana L. F. (Orgs) **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva.** 3 ed. Campina/SP: Autores Associados, 2007.

REILY, Lucia. **Escola Inclusiva: Linguagem e mediação.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 2004. – (Série edição especial)

MONTOAN, Maria T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. IN: RODRIGUES, David (Org).

RODRIGUES, David (Org). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

BIGOGNO, Paula. **Cultura, comunidade e identidade surda: o que querem os surdos?.** Disponível em:

<http://www.ufjf.br/graduacaocienciasocias/files/2010/11/Cultura-Comunidade-e-Identidade-Surda-Paula-Guedes-Bigogno.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2017

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 04 de junho de 2017

BRASIL. **Lei Nº 10436, 24 de abril de 2002**. Brasília, 24 de abril de 2002; 181o da Independência e 114o da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 04 de junho de 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília, 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 04 de junho de 2017

BRASIL. **Decreto Nº 5626, 22 de dezembro de 2005**. Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184o da Independência e 117o da República. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/.../decreto/d5626.htm. Acesso em 04 de junho de 2017

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

PAGNONCELLI, Taise B. P. e SANTOS, Richard W. S. B. **Matemática em Libras**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/224442547/matematica-em-LIBRAS-pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2017.

SKLIAR, Carlos. **Atualidade da educação Bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos**. 4 ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2013. **As diferentes identidades surdas**. Disponível em: <http://mirandalibrassemfronteiras.weebly.com/-as-diferentes-identidades-surdas.html>. Acesso em 27 de abril de 2017.

SMOLSKI, Luciana C. J. **Terminologias Matemáticas Na Tradução Para Libras: Um Instrumento Mediador do Processo de Ensino de Geometria Plana e Espacial**. Disponível em: <http://www.santoangelo.uri.br/mestradoect/#>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

STROBEL, Karin. **História da Educação dos Surdos**. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificas/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 04 de junho de 2017.

ZWAN, Liciara D. **Ambiente virtual inclusivo para o ensino de matemática para alunos surdos da educação básica**. Disponível em: <http://www.santoangelo.uri.br/mestradoect/#>. Acesso em: 31 de maio de 2017.